

ATA N.º 05/2014

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 30 de setembro de 2014 -----

----- Aos 30 dias do mês de setembro de 2014, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara;-----
- 2 - Apreciação, discussão e votação da Transferência de verbas da Direcção-Geral de Administração Interna para as Juntas de Freguesia / Eleição para o Parlamento Europeu – 25 de Maio de 2014;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã para a realização da 17.ª Semana Cultural;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça destinado à realização da Semana Cultural;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à freguesia de São Caetano destinado à realização da Semana Cultural;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira para a realização da II Semana Cultural de Covões;-----
- 7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à freguesia de Sepins e Bolho destinado às obras efetuadas no polidesportivo de Sepins;-----

- 8** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à freguesia de Sepins e Bolho destinado ao Componente de Apoio à Família respeitante à Educação Pré-Escolar, ano letivo 2014/2014;-----
- 9** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima para a realização da 1.ª UEFAC – União de Eventos da Freguesia e Associações Culturais;-----
- 10** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil para a realização do evento Portunhos à Mesa – IV Festival Sopas & Pedras;-----
- 11** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio a diversas Freguesias para pagamento de despesas com Monitores, no âmbito dos Cursos de Educação Extraescolar ano letivo 2013/2014;-----
- 12** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres pela emissão de licença de espetáculos de música ao vivo / 1.ª Semana Cultural;-----
- 13** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça pela emissão de Licença de Funcionamento de recinto de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao Ar Livre / Comemorações da Freguesia e XVI Tapas & Papas;-----
- 14** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção à freguesia de Cordinhã pela cedência do Complexo Desportivo e das Piscinas Municipais de Cantanhede;-----
- 15** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça pela utilização das Piscinas Municipais de Cantanhede para atividades de Complemento de Apoio à Família;-----

16 - Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 27/12/2013 / Para conhecimento;-----

17 - Informação do Auditor Externo sobre a situação Económica e Financeira do Município de Cantanhede reportada a 30 de junho de 2014, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro / Para conhecimento;-----

18 - Apreciação, discussão e votação da proposta de revogação da deliberação da Câmara Municipal de 04/12/2012 / Renúncia do Município da qualidade de associado da Recevin;-----

19 - Apreciação, discussão e votação da proposta de cobrança de Derrama relativa ao ano de 2015;-----

20 - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) para o ano de 2015;-----

21 - Apreciação, discussão e votação da proposta de participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativo ao ano de 2015;-----

22 - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo para o ano de 2015;--

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, que foram as seguintes:-----

----- Pedido de substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, pelo Tesoureiro, Sr.^a Dr. Marco Paulo Madeira Rodrigues, conforme documentos

apresentados. Justificação da falta da Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Sr. Fernando Manuel Monteiro Pais Alves, por motivos profissionais, conforme documento apresentado.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, foram presentes a ata n.º 02/2014, da sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2014, a ata n.º 03/2014, da sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 8 de maio de 2014 e a ata n.º 04/2014, da sessão da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2014, as quais postas à votação, foram aprovadas por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 1 de julho de 2014 a 29 de setembro de 2014, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, deu início ao período Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Eng.º Paulo Santos, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu-se à estrada municipal que vai de Outil a Portunhos como uma via que tem tido, nos últimos tempos diversos acidentes, principalmente na zona das curvas antes de chegar ao entroncamento da estrada que vai para a Andorinha, tendo mesmo originado, no presente mês, o falecimento de uma pessoa. Informou ter já falado com Executivo Camarário sobre o assunto, tendo conhecimento que os técnicos estão a tentar resolver a situação que considera de extrema prioridade,

uma vez que coloca em risco a vida das pessoas, mas sugeriu que a mesma fosse sinalizada como forma de alertar os condutores para o perigo.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Presidente da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro, Enf.º Egídio Patrão, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, tendo por base a resposta da ARS à Moção remetida pela Assembleia Municipal sobre a Unidade de Saúde Familiar “As Gândras”, efetuou um resumo de toda a evolução do processo referente àquela unidade de saúde, desde a sua criação até ao fecho daquelas instalações, e bem assim das várias diligências efetuadas pelas Juntas de Freguesia envolvidas em colaboração com o Executivo Camarário. De seguida, em nome da União das freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, solicitou ao Executivo Camarário, a abertura o mais rapidamente possível de um posto de enfermagem nos edifícios da junta de Vilamar e Corticeiro. Informou também que, de seguida irá fazer uma reunião com todos os membros do seu Executivo e da Assembleia de Freguesia, tendo em vista discutir quais os caminhos a seguir, não colocando de parte algumas tomadas de posições públicas, entre outras, através da comunicação social. Informou ainda que será também comunicado à ARS e ao ACES que, por se encontrarem fechadas, aquelas instalações se degradam de dia para dia, necessitando de algum tipo de intervenção. -----

----- Foi dada a palavra à Sr.ª Presidente da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Prof.ª Aidil Machado, a qual, após cumprimentar todos os presentes, felicitou o Executivo da Câmara Municipal de Cantanhede pela forma como conduziu e apoiou as comemorações dos 500 anos da outorga das Cartas do Foral do Concelho, nomeadamente, Ançã, Cadima e Cantanhede. Felicitou ainda o Executivo, por ter escolhido a Prof. Doutora Maria Alegria Marques, da Faculdade de

Letras da Universidade de Coimbra, pela apresentação das conferências de alto valor cultural, histórico e pedagógico alusivas ao tema. Referiu ainda as publicações editadas pelo Município, distribuídos pelas várias bibliotecas do concelho irão certamente constituir um precioso e importantíssimo testemunho sobre a história da comunidade, contribuindo assim para um maior conhecimento histórico dos seus alunos. Reportando-se ao Foral Manuelino de Cantanhede salientou a conferência dada pela Dr.^a Maria Alegria Marques, no dia 20 de setembro, evento que decorreu nos Paços do Município e que relatou todos os acontecimentos até ao reinado de D. Manuel I, o qual outorgou um documento de caráter administrativo que, de algum modo está na origem do Município. Relembrou também que, no dia 26, os alunos do 7.º ano tiveram a oportunidade de apreciar um belíssimo espetáculo, composto por 2 sessões de teatro de sombras, organizadas pelo Grupo Sete Vidas, do Louriçal, com o tema “À Descoberta do Foral”. Considerando que não se deve esquecer, mas sim enaltecer os 5 séculos decorridos, agradeceu mais uma vez ao Município de Cantanhede as parcerias efetuadas com as Juntas de Freguesia para assinalar tão importante efeméride. Finalmente manifestou a sua indignação pelos argumentos apresentados na reunião do Executivo da Câmara Municipal por parte do Vereador Dr. Carlos Ordens, os quais passou a citar: “considero ser justa a diferenciação positiva devendo ser atribuída à Junta de Freguesia de Ançã pela semana cultural 1.500,00 € de apoio”, pois não considera correto que um Vereador faça uma análise comparativa das várias semanas culturais existentes nas várias Juntas de Freguesia.-----

----- Interveio a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, Dr.^a Regina Pessoa, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, deu os parabéns ao Executivo da Câmara Municipal de Cantanhede pelo trabalho que tem vindo a

desenvolver não só na freguesia de Cadima mas também em todo o Concelho. Referiu-se também à atitude inexecedível que a Câmara Municipal de Cantanhede, desde Executivo a todos os colaboradores, teve no modo como acolheu a Junta de Freguesia de Cadima e participou na organização das Comemorações dos 500 anos do Foral de Cadima e em todos os outros aspetos direta ou indiretamente associados. Realçou as obras da requalificação do Largo da antiga Escola Primária e a valorização do edifício, no qual foi notório o excelente trabalho efetuado em tempo record por todos os técnicos envolvidos e deu os seus parabéns ao Executivo pela excelente equipa de profissionais que tem ao seu serviço, sem a qual aquelas comemorações não se teriam realizado naquele espaço. Afirmou também que aquelas comemorações foram um marco na história das freguesias de Ançã, Cadima e Cantanhede, sendo certo que a comunidade de Cadima se associou àquela homenagem e soube valorizá-la. Recordou ainda que Ançã e Cantanhede já viram publicadas as versões “fac simuladas” dos seus Forais Manuelinos, cabendo agora a publicação da versão “fac simulada” do Foral Manuelino de Cadima, com um excelente trabalho de estudo e pesquisa efetuado pela Prof. Doutora Maria Alegria Marques que facilitou a análise e a compreensão do documento em todas as suas dimensões e que tem superado as expectativas dos seus leitores. Informou ainda que, inseridas naquele programa estiveram as comemorações do Centenário do Nascimento do Padre Manuel Francisco Rumor, as quais decorreram com a colaboração da Câmara Municipal de Cantanhede, da Junta de Freguesia de Cadima e da Paróquia da Nossa Senhora do Ó, de 23 a 28 de setembro. Assim, agradeceu ao Executivo Municipal pela sua presença e colaboração naquelas comemorações, presididas pelo Bispo de Coimbra D. Vergílio Antunes, pelo Padre Samelo, pároco da freguesia e que teve a participação da Filarmónica dos Covões.

De seguida, discursou sobre a vida do Padre Manuel Francisco Rumor, antigo pároco de Cadima que dedicou a sua vida à caridade e à música. De seguida enalteceu a disponibilidade e o espírito de cooperação que o Executivo Camarário tem vindo a desenvolver em ações que honram não só as Freguesias, mas também todo o concelho de Cantanhede, dando como exemplo final a excelente organização da EXPOFACIC, evento com repercussão a nível nacional que leva o nome de Cantanhede para fora dos limites do concelho e do distrito. Felicitou ainda o Município pela obtenção do Prémio ECO XXI - Municípios sustentáveis, o qual reconhece os níveis de sustentabilidade ambiental através da avaliação de fatores considerados fundamentais à construção do desenvolvimento sustentável, com incidência em 2 domínios, a Educação no sentido da sustentabilidade e a Qualidade Ambiental.-----

----- Foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Sr. Carlos Ventura, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, agradeceu à Câmara, em nome da Junta de Freguesia de Ourentã e em nome da Associação Social e Cultural da Lapa, todo o apoio que foi prestado àquela Associação para a requalificação da antiga Escola Primária da Lapa. De seguida, após ter consultado a ata da última sessão e ter conhecimento da intervenção do Sr. Filipe Figueiredo, relativamente à requalificação das ruas da freguesia, informou que a prioridade nas ruas a requalificar é definida pelo Executivo da Freguesia, de acordo com o que estava elencado no manifesto eleitoral.-----

----- De seguida interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, deu os parabéns à Câmara Municipal, à INOVA e à Comissão Organizadora da Expofacic pela última edição do evento, maior evento do Concelho, com uma adesão cada vez

maior e que permite uma grande divulgação não só de Cantanhede cidade, Cantanhede Município mas também das suas gentes, do seu comércio, da sua agricultura e das suas tradições. Relativamente à organização do evento, chamou a atenção para o facto de, em alguns casos, apesar dos Presidentes de Junta fazerem parte da Comissão de Honra, acontecerem algumas situações desagradáveis tais como serem barrados à entrada de alguns eventos quando se atrasam. De seguida comentou alguns indicadores relativos ao Município de Cantanhede, constantes no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, nomeadamente: - 18.º Melhor e 1º do Distrito na receita cobrada; - 30.º nos subsídios comprometidos a empresas municipais; - Um dos 67 Municípios com grau de execução de despesas comprometidas inferior ao grau de execução das receitas liquidadas; - 40.º na diminuição do passivo exigível; - 30.º nos maiores resultados económicos absolutos; - 41.º no acumulado de 2010; - A INOVA, 10.ª entidade com melhores resultados líquidos em 2013; - Municípios mais exportadores, Cantanhede figura no primeiro quarto da tabela, 2.º maior do distrito, maior do distrito per capita. De seguida referiu-se à INOVA-E.M.- S.A por ter vencido recentemente dois prémios de práticas pela gestão de infraestruturas nas categorias de organização e capacitação, prémios de iniciativa nacional para a gestão patrimonial de infraestruturas promovida por duas entidades, o laboratório Nacional de Engenharia Civil e o Instituto Superior Técnico. Ainda relativamente à INOVA, informou que o relatório da qualidade da água para o consumo humano em Portugal 2013, da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, refere Cantanhede na primeira metade da tabela, com uma qualidade da água de 99,87% bem acima da média nacional e das metas estabilizadas pelo ERSAR. Finalmente, relativamente à execução dos acordos de colaboração e de parceria celebrados com as Juntas de Freguesia, chamou a

atenção para o facto dos mesmos serem assinados em maio/junho o que leva a uma maior dificuldade de gerência das Juntas, uma vez que as receitas caem apenas num semestre e não ao longo do ano. De seguida, solicitou a colaboração da Câmara, na resolução de um assunto comum à sua freguesia e à União das Freguesias de Sepins e Bolho, relacionado com a execução da A1, há mais de 20 anos. Recordou que a Brisa, à data, fez as expropriações necessárias, tendo passado declarações aos proprietários das parcelas que expropriou. Na atualidade, não são conhecidos os mapas de expropriação definitivos e há locais cujos proprietários são desconhecidos, o que leva a alguns problemas. Deu como exemplo os terrenos junto às entradas e à estação de serviço, que se encontram em zona florestal e que necessitam de prevenção contra incêndios. -----

----- Falou também o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes, solicitou esclarecimentos quanto a três questões: - A requalificação urgente da estrada Outil/Portunhos, onde frequentemente acontecem acidentes, por vezes mortais; - Qual o ponto da situação do processo sobre a transferência do Hospital João Crisóstomo para a Misericórdia; - Qual o tipo de apoio é que a Câmara está a prestar à empresa que está a implementar a Escola de Futebol do Benfica e que está a funcionar nas instalações municipais.-----

----- Falou ainda a Sr.^a Enf.^a Áurea Andrade, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão apresentou o seguinte Voto de Protesto sobre o ofício remetido pela ARS Centro em resposta à moção apresentada na anterior sessão: *“EM Defesa da REABERTURA DAS EXTENSÕES DE SAUDE NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILAMAR/CORTICEIRO DE CIMA E FREGUESIA DE SÃO CAETANO”*. *Face ao conteúdo do ofício n.º 49 de 18/7/2014, remetido pelo Presidente da ARS-Centro ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, onde informa sobre a decisão de NÃO*

ABERTURA das EXTENSÕES DE SAUDE NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILAMAR/CORTICEIRO DE CIMA E FREGUESIA DE SÃO CAETANO, Alegando que está em curso o investimento na Unidade de Saúde de Febres. Considerando os antecedentes sobre este assunto, nomeadamente, a não valorização por parte da maioria desta Assembleia das propostas apresentadas pelos Deputados da Bancada do Partido Socialista, a saber: 1 – Apresentação de Moção em defesa das referidas Extensões de Saúde pelos Deputados do PS, em 28 de Fevereiro e 2 de Abril de 2014; 2 – Abertura de Postos de Enfermagem, nas respetivas Extensões até resolução da situação, por parte da ARS; Considerando que o Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Sr. Eng.º Egídio Patrão, referiu na reunião de 28 de Fevereiro, “que a defesa da saúde das populações da Freguesia é uma das responsabilidades do Executivo da Junta, estando lá ele para isso”. Considerando que a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, afirmou também na mesma reunião “que, pelas palavras dos Presidentes de Junta a moção apresentada pelo Partido Socialista, vem tardia relativamente aos procedimentos que já foram feitos. Recordou novamente que o Sr. Presidente da Câmara e os Presidentes de Junta envolvidos, já fizeram presente à ARS e a quem de direito essas necessidades, não havendo necessidade de as colocar em moção”. Considerando que as populações destas freguesias continuam a não ter acesso aos cuidados de saúde, a que têm direito e, que a decisão tomada pela ARS Centro irá causar muitos constrangimentos aos cidadãos por ela abrangidos; Consideramos que, quer os Senhores Presidentes das Juntas das Freguesias envolvidas, quer o Executivo da Camara Municipal, não zelaram pela defesa dos interesses das populações que os elegeram, subjugando-se e acatando as decisões do poder político instituído, leia-se ARS-Centro. Os Deputados eleitos

pelo PS, nesta bancada, não compreendem esta decisão, bem como, lamentam que, por questões meramente políticas, as juntas de freguesia envolvidas e o Executivo Municipal, não terem conseguido defender os reais interesses dos cidadãos que os elegeram. Face à decisão tomada, a bancada do PS, gostaria de saber, o que pensam agora fazer, a Camara Municipal e as Juntas, para repor o acesso aos cuidados de saúde retirados aos cidadãos das áreas abrangidas pelas Juntas de Freguesia de S. Caetano e Vilamar/Corticeiro de Cima... Nem extensões de Saúde e nem Postos de Enfermagem! Porque os cidadãos têm o direito a ser informados da VERDADE, a bancada do PS, aguarda que a responsabilidade desta decisão de Não Abertura das extensões de saúde, seja comunicada a todos os cidadãos envolvidos. Por fim, lamentamos profundamente que no momento em que estamos a comemorar os 35 anos do Serviço Nacional de Saúde, os cidadãos das freguesias de Vilamar/Corticeiro e São Caetano fiquem limitadas no acesso aos cuidados de saúde, apenas por razões políticas e económicas.”-----

----- De seguida foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual após cumprimentar todos os presentes respondeu às questões colocadas da seguinte forma: - Sobre os Protocolos com as Juntas de Freguesia serem assinados tardiamente, que a questão está a ser discutida pelo Executivo e que se procura uma solução para o problema; - Sobre a questão das expropriações para a A1 irá interferir junto da Direção de Estradas do Distrito de Coimbra e solicitar uma reunião formal por forma a tentar resolver o assunto em causa; - Quanto à estrada Outil/Portunhos, referiu que a questão da segurança é sempre uma preocupação para qualquer local, que o assunto está colocado em orçamento para o próximo ano e que os Serviços estão, no momento, a tratar da sinalização vertical para limitação de velocidade naquela via para minorar o risco de acidentes enquanto não for

efetuada a intervenção necessária; - Relativamente à questão sobre o Hospital Arcebispo João Crisóstomo, informou não ter mais informação do que aquela que comunicou na anterior sessão da Assembleia Municipal e que a sua posição é pública e continua a defender a manutenção na esfera pública do Serviço Nacional de Saúde, cumprindo a sua missão na oferta que faz à população da região, não se limitando apenas ao Concelho de Cantanhede; – Quanto à questão colocada sobre a Escola de Futebol, confessou também ter tido as suas dúvidas, as quais se desvaneceram após a leitura dos estatutos da Associação em causa. Informou assim, tratar-se de uma Associação sem fins lucrativos, fundada no Concelho de Cantanhede, que, como qualquer outra nas mesmas condições pode solicitar os apoios que muito bem entender à Câmara. Informou ainda que, o que foi solicitado pela Associação em causa foi uma autorização para colocação de outdoors, durante um determinado tempo, em locais institucionais do próprio Município. Como os outdoors não eram necessários ao Município pela inexistência de eventos, o pedido foi avaliado pelos serviços competentes e autorizado com o inerente pagamento das taxas respetivas. Concluiu que aquela entidade teve o tratamento que qualquer outra Associação do Concelho teria; Em relação à carta da ARS, informou que o Executivo está solidário com qualquer ação que o Sr. Presidente de Junta da União das freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima e a Presidente da Junta de Freguesia de S. Caetano venham a tomar no sentido de pugnar pelo que sempre se defendeu: A abertura das extensões de saúde. Voltou a afirmar que está disponível para o que for necessário e não aceita que digam que não zela pelos interesses do Concelho. Concluiu dizendo que a entidade que tutela a saúde não é o Município de Cantanhede, mas que fará tudo para continuar a lutar para que a situação possa ser alterada.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Primeiro Secretário, Dr. Adérito Machado, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, esclareceu, enquanto Presidente da Assembleia Geral da referida associação, que se trata parceria estreita com o Sport Lisboa e Benfica. Acrescentou que a associação teve que comprar o logotipo daquele Clube de Futebol e tem algumas condições para cumprir, exigidas pelo mesmo. Em contrapartida, os melhores alunos das escolinhas de futebol serão encaminhados diretamente para as escolas do Benfica, serão organizados campeonatos entre escolas dos grandes Clubes, tais como Sporting e Porto. Esclareceu ainda que, o campo será utilizado devido à parceria existente com o Clube de Futebol “Os Marialvas” e que, no fundo a função principal da Associação é desenvolver a prática desportiva em jovens ate aos 12 anos e incentivar à prática do futebol com dignidade.-----

----- Interveio o Sr. Dr. Luis Pato, colocando as seguintes questões: - Se a Câmara Municipal já identificou outros locais onde possam existir placas de amianto e se sim, se há ou não perigo para a saúde pública? - Sobre a questão da assimetria entre o número de funcionários licenciados e o número de técnicos superiores da Câmara Municipal; - Em que ponto está o PDM em Cantanhede? – o ponto da situação da moradia construída em Cadima em Reserva Agrícola; - Relativamente à Expofacic, considera que é um modelo que foi bem conseguido num passado recente e que tem sido plasmado em termos nacionais, mas que corre um sério risco de identidade num futuro muito próximo. Assim questionou se não deveria levar um rumo diferente; - Sugeriu a abolição dos títulos académicos nos documentos oficiais da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal.-----

----- Foi, de seguida dada a palavra ao Sr. Dr. Fernando Simão, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, apresentou um Voto de Protesto

subscrito pelos membros da Bancada do PS, do seguinte teor: “No dia 1 de setembro de 2014, entrou em vigor a lei que instituiu o novo mapa judiciário, com a extinção da Comarca de Cantanhede, que passou a instância local de competência genérica. O Partido Socialista desde há muito tempo que alertou para esta desclassificação do Tribunal Judicial de Cantanhede e para as más consequências daí resultantes para os cidadãos do Concelho que clamam pela Justiça. Pleitos tão importantes e tão usuais como os relacionados com matéria de Família e de Menores transferiu-se para a Figueira da Foz, a matéria das Execuções está a processar-se em Soure e a matéria de Comércio transferiu-se para Montemor-o-Velho. E até os processos pendentes são transferidos! Mais grave do que a tristeza da desclassificação para o Concelho são os prejuízos decorrentes para as nossas populações municipais, que ficam, injusta e desnecessariamente, impedidas de uma prática de Justiça de proximidade. Tudo mais se agravou pela dificuldade de implementação da pretendida reforma. Ao contrário da leviandade das declarações e justificações da Senhora Ministra tudo se transformou num caos. Houve surdez, há incompetência e há cobardia da Senhora Ministra e do seu Ministério. Decorrido um mês de implementação, continua a incapacidade do sistema, a confusão para os operadores da Justiça e a incerteza do futuro, com a conseqüente falta de respostas para a decisão dos litígios. A situação é elucidativa da superficialidade da luta das nossas autarquias, que se revelou ineficaz, talvez por falta de convicção de se ter de lutar contra “os nossos” não realçando essa luta o mandato que nos foi conferido pelas populações. Não restam dúvidas que a intransigência, a teimosia, a arrogância e o autismo do Governo são responsáveis por tudo o que de mau está a acontecer com a implementação da reforma, já por si má no seu conteúdo. Perante tudo isto os deputados do PS da Assembleia Municipal de Cantanhede manifestam o seu voto

de protesto e reafirmam a sua discordância por esta política de afastamento das populações desse essencial pilar do Estado de Direito, que é a Justiça.” De seguida esclareceu que, relativamente à questão colocada sobre a expropriação da A1, a entidade a consultar deverá ser a Brisa e não a Direção de Estradas. Finalmente questionou sobre o problema de acumulação de água junto ao lote mais recente da Zona Industrial de Febres.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Mário Miranda de Almeida, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, teceu as seguintes considerações:- Deixou um reconhecimento e um agradecimento a toda a equipa que projetou e levou a bom termo a Expofacic; - Prestou reconhecimento à União das Juntas de Freguesia de Vilamar e Corticeiro de Cima pela forma como tem sido tratada a limpeza da freguesia e pelas obras realizadas no Corticeiro de Cima quer no cemitério, quer no salão de festas, quer no ATL; - Sobre o assunto do posto médico voltou a oferecer a sua ajuda no que quer que fosse necessário no sentido daquelas instalações voltarem a funcionar.-----

----- Interveio a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, Dr.^a Eduarda Pedro, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, reforçou a intervenção do Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro, relativamente à extensão de saúde de S. Caetano. Assim, afirmou que, o Executivo da freguesia de São Caetano, juntamente com o Executivo da freguesia de Vilamar e Corticeiro de Cima e com o apoio do Executivo da Câmara Municipal, tudo fez para que aquelas instalações fossem reabertas e tudo continuará a fazer nesse sentido. No entanto, tendo em consideração a resposta que foi dada à moção de censura apresentada pela Assembleia Municipal à ARS Centro, acredita ser o momento para que a Junta de Freguesia de S. Caetano, tal como já foi referido pelo

Presidente da Junta da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro, negocie com a Câmara Municipal a abertura de postos de enfermagem nos mesmos moldes que estão a funcionar nas outras Juntas de Freguesia do Concelho. Acrescentou que tal facto não invalida a continuidade da luta pela reabertura das extensões de saúde, porque se a USF As Gândaras foi criada com o pressuposto de ter 3 extensões de saúde, a de S. Caetano, a de Vilamar e a do Corticeiro de Cima, a funcionar juntamente com uma quarta que seria a sede. Verificou-se que, até ao momento do seu fecho, tudo corria normalmente pelo que, os argumentos apresentados para o seu encerramento não são aceites. Assim, afirmou que continuarão a lutar pela reabertura daquelas extensões de saúde e por uma saúde de proximidade com a população bastante envelhecida. Recordou que, no caso de S. Caetano, existiam cerca de 700 utentes e uma vez por semana ia lá uma equipa médica, um enfermeiro e um administrativo. Referiu ainda que o edifício onde funcionava aquele serviço, ao lado do edifício da Junta de Freguesia, se encontra fechado há 4 anos e se encontra em completo abandono. A Junta de Freguesia não tem como lá entrar e não sabe como está o seu interior, mas gostaria de o ver reaberto e a funcionar como já funcionou à 4 anos atrás antes de ter sido tomada a decisão de o encerrarem.-----

----- Interveio o Sr. Filipe Figueiredo, o qual após cumprimentar todos os presentes, informou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Carlos Ventura, que se regozija pelas obras feitas na freguesia, uma vez que até votou a favor. Relembrou ainda que, quando foi Presidente da Junta começou as obras de requalificação da Rua onde mora o atual Presidente de Junta.-----

----- Foi, de novo, dada a palavra ao Sr. Presidente da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, o qual, afirmou que o assunto discutido pelo Sr. Filipe

Figueiredo deve ser tratado na Assembleia de Freguesia da sua Freguesia e não na Assembleia Municipal. De seguida lembrou, mais uma vez, que o que aconteceu com o fecho das Extensões de Saúde, teve muito a ver com o então coordenador e antigo responsável máximo do Concelho e Diretor do ACES que era o Dr. Carlos Ordens.-----

----- Interveio o Sr. Manuel Augusto dos Santos, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, deu os parabéns à Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, Dr.^a Regina Pessoa, por ter concretizado a Rota do Moinhos, sendo uma mais-valia para o turismo no Concelho. Relativamente ao Voto de Protesto ao mapa judiciário apresentado pelo Sr. Dr. Fernando Simão, afirmou que a Bancada do PSD o subscreve sem qualquer dúvida. Já relativamente ao Voto de protesto apresentado pela Sr.^a Enf.^a Áurea Andrade, afirmou existir uma incorreção no seu teor quando refere que *“Consideramos que, quer os Senhores Presidentes das Juntas das Freguesias envolvidas, quer o Executivo da Camara Municipal, não zelaram pela defesa dos interesses das populações...”*. Efetivamente, tal não é verdade. Referiu ainda que, quando se lê *“Face à decisão tomada, a bancada do PS, gostaria de saber, o que pensam agora fazer, a Camara Municipal e as Juntas”* tal documento não pode ser intitulado de voto de protesto, mas sim de inquirição, pelo que a bancada do PSD não irá votar favoravelmente aquele documento. -----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Enf.^o José Maria Maia Gomes, esclarecendo que os Votos de Protesto não são para votar, apenas têm que ser tornados públicos pelo Membros da Assembleia Municipal, o que foi efetivamente feito com a leitura dos mesmos.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Presidente da Câmara, em direito de resposta, respondendo às questões colocadas da seguinte forma: - Sobre a questão do

amianto, informou que a cobertura do Mercado Municipal contém aquela substância e que já existe um projeto para requalificação daquele espaço, o qual está a aguardar por um quadro comunitário favorável. Acrescentou que a situação apenas será crítica aquando da retirada daquela cobertura, uma vez que poderá libertar partículas, enquanto tal não acontecer os Serviços estarão vigilantes; - Relativamente à casa em Cadima, informou que processo já está encerrado na Câmara Municipal mas se encontra a decorrer na Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro, estando o Município a aguardar pela informação daquela entidade. De seguida explicou todos os trâmites daquele processo até ao seu encerramento, esclarecendo, nomeadamente, que o requerente havia desistido da construção do edifício destinado a Biblioteca, tendo integrado aquela valência na Casa dos Artistas; - Relativamente à questão da EXPOFACIC, informou que a Comissão Organizadora se vem mantendo ao longo dos últimos anos e que permanentemente se vai discutindo a permanência da EXPOFACIC em termos de futuro. Afirmou que, todos sabem que as coisas não se podem perpetuar, que são dinâmicas e que se deve responder às novas realidades, aos novos chamamentos, aos novos grupos e aos jovens. Relembrou que, há meia dúzia de anos não existiam conjunto de valências, nem os vários palcos onde hoje existe animação, à noite, destinada aos jovens. Referiu que todos devem estar atentos à necessidade das pessoas que preenchem a EXPOFACIC, sendo um assunto que permanentemente é discutido, por forma a que a Feira seja sempre uma das melhores do país, senão, a melhor do país. Acrescentou que, este ano, mais uma vez, houve um sucesso enorme, e todos os indicadores, apontam para o facto das pessoas gostarem de vir a esta Feira. Referiu ainda que, há muitos Municípios que tentaram imitar a feira de Cantanhede e que não o conseguiram fazer, talvez porque Cantanhede tem aqui um

conjunto de fatores que os outros não têm. Referiu ser uma feira/festa, com caráter popular e com um bom cartaz de espetáculos, embora muitas pessoas achem que deveria ter como componente mais forte, as vertentes comerciais, industriais e agrícolas que estiveram na sua génese. Referiu que se conseguem conciliar 500 expositores e 612 espaços de exposição o que origina uma feira comercial, industrial e agrícola pujante e que, ao longo dos anos, conseguiu-se aumentar a componente agrícola e fortalecer a componente espetáculo, facto que traz muitas pessoas à feira e que acabam por visitar os expositores. Referiu ainda que, mais importante do que fazer crescer a Feira, é aumentar anualmente os fatores de qualidade para que as pessoas que a vistam se sintam lá bem, mesmo nos dias de maior enchente. Deu como exemplo, os espaços de descompressão existentes no relvado para onde as famílias podem levar as crianças. De seguida, exemplificou e comparou a evolução de outras Feiras, tais como a Feira de S. Mateus em Viseu, a Feira de Março em Aveiro e a CIC em Coimbra. Finalmente declarou estar ciente das dificuldades para manter a Expofacic, mas afirmou que a Comissão Organizadora começa a trabalhar em Novembro, aceita receber sugestões e tem sempre o cuidado extremo de procurar que a feira, se mantenha senão melhor, pelo menos nos níveis dos anos anteriores; - Relativamente ao comentário efetuado pelo Dr. Fernando Simão, sobre a questão do Tribunal, afirmou estar convicto de ter feito tudo o que estava ao seu alcance para travar aquela luta e que continuará a lutar no mesmo sentido. Recordou que, a sua última ação foi uma ação popular, da qual o Dr. Fernando Simão teve conhecimento, porque foi chamado ao processo, juntamente com a representante da Ordem dos Advogados em Cantanhede. Recordou ainda que, procuraram por todos os meios elaborar um documento que rebatesse tecnicamente tudo o que era apresentado pelo Governo, pelo Ministério e pela Ministra da Justiça,

o que, infelizmente, não foi conseguido nem pelo Município de Cantanhede nem pelos restantes Municípios; - Relativamente à questão colocada sobre o pessoal, deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, detentora desse pelouro.-----

----- Interveio então, a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, respondendo às questões colocadas pelo Sr. Dr. Luis Pato. Informou que, a questão do pessoal é um assunto que preocupa tanto o Executivo como as Chefias. Acrescentou que, a posição do Executivo é que o funcionário não deve ser unicamente reclassificado pelo facto de ter uma licenciatura, mas sim pelo facto de desempenhar funções de acordo com as competências académicas que têm. De seguida informou que, as figuras da reclassificação e da reconversão profissional desapareceram completamente do ordenamento jurídico desde janeiro de 2009 e explicou que a nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que entrou em vigor no dia 1 de agosto de 2014 prevê a figura da mobilidade, mas não a reclassificação ou a reconversão. Acrescentou que a mobilidade tem uma duração máxima de 18 meses e tem duas modalidades, a modalidade inter-carreiras e de inter-categorias e que os procedimentos concursais estão cada vez mais sujeitos a regras específicas, impostas pelo Orçamento do Estado. Decorrentes dessas regras, as câmaras têm de fazer uma redução de efetivos, sendo que no caso de Cantanhede essa redução tem que ser de 3%. De seguida informou a Assembleia de que, à cerca de 1 mês foram colocados 3 trabalhadores em mobilidade inter-carreiras: - 1 assistente operacional como encarregado operacional, (situação já conhecida pela Assembleia devido a uma decisão judicial que, em tempos, obrigou um funcionário a voltar para o início da carreira e que está a desempenhar funções como encarregado

operacional mas na modalidade de mobilidade); - 1 funcionária do quadro, integrada na carreira de assistente técnica que está em mobilidade integrada na categoria de técnica superior; - 1 trabalhador assistente operacional que, tendo concluído o 12.º ano de escolaridade, também transitou em mobilidade para a assistente técnico. Informou ainda que, o passo seguinte será abrir os respetivos concursos dentro dos limites impostos por Lei. Sobre a valorização curricular dos funcionários, afirmou que ao contrário do que acontece em outras Câmaras, o Executivo sempre incentivou essa valorização. De seguida lamentou o facto de não se conseguir resolver as situações dos funcionários cujas chefias consideram já desempenham essas funções do ponto vista profissional como técnicos superiores ou como assistentes técnicos. Relativamente ao PDM, informou que, a previsão era de que estaria pronto em 2014, mas depois das reuniões efetuadas com todas as entidades parceiras, a que está a criar mais resistência é a Reserva Agrícola. Acrescentou que, a Câmara e aquela entidade estão há um ano em desacordo relativamente a 40 manchas que o Município pretende passar para espaço urbano. Informou ainda que, serão feitas contrapropostas que, se forem pelos Técnicos da Reserva Agrícola, será providenciada uma quarta reunião com todas as entidades que já foram ouvidas e então sim, poder-se-á avançar para o inquérito público tendo em vista a conclusão do PDM.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da documentação entretanto entregue.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da Transferência de verbas da Direcção-Geral de Administração Interna para as Juntas de Freguesia / Eleição para o Parlamento Europeu – 25 de Maio de 2014»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual referiu que a informação apresentada à Assembleia é clara e reflete o que tem sido hábito do Município, pois sempre se transferiram aquelas verbas para as Juntas de Freguesia.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado à votação o **ponto 2**, referente à Transferência de verbas da Direcção-Geral de Administração Interna para as Juntas de Freguesia / Eleição para o Parlamento Europeu – 25 de Maio de 2014, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, o qual informou que, os **pontos 3 a 16**, embora diferentes, correspondem todos eles a transferências de verbas para as Juntas de Freguesia. Assim solicitou que o Sr. Presidente da Câmara ou qualquer outro membro do Executivo fizesse uma explicação geral de cada um deles, sendo de seguida, apreciados cada um por si.----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Dr. João Moura informou que os **pontos, 3, 4, 5 e 6** referem-se a subsídios no valor de 1.000,00 €, atribuídos, no âmbito das semanas culturais às Juntas de freguesia de Ançã, Cantanhede e Pocariça, São Caetano e, Covões e Carneira. Acrescentou tratar-se de um valor estipulado e que cumpre as regras já existentes. Relativamente ao ponto 7, o valor do subsídio atribuído destina-se à conclusão dos trabalhos no polidesportivo de Sepins. Quanto ao ponto 8, solicitou que fosse o Sr. Vereador, Dr. Pedro Cardoso, a dar a informação necessária.-----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso, informando que, relativamente ao ponto 8, o subsídio atribuído decorre de parcerias estabelecidas com as Juntas de Freguesia e outras instituições, tendo em vista o regular funcionamento, adaptado aos interesses das famílias. Informou ainda que, o valor atribuído a todas as entidades ascende a um total de 16.863,00 €.

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, informando, relativamente ao ponto 9, que o subsídio atribuído à União das freguesias de Vilamar e Corticeiro para a 1ª União de Eventos da Freguesia e Associações Culturais também tem o valor de 1.000,00 €. Sobre o ponto 10, atribuição de subsídios há União das Freguesias de Portunhos e Outil, que o subsídio atribuído para a realização do IV Festival de Sopas e Pedras também foi de 1.500,00 €. De seguida, solicitou ao Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso que passasse a explicar o ponto 11.

----- Tomou a palavra o Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso, esclarecendo tratar-se de um apoio dado a algumas instituições para comparticipar as despesas com os Cursos de Educação Extraescolar. Acrescentou que são mais de 500 pessoas, distribuídas por várias freguesias, que participam nestes cursos, uns promovidos pelas Juntas de freguesia outros pelas associações locais.

----- Voltou a intervir o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, informando que os pontos 12,13, 14 e 15 referem-se a isenções de taxas, conforme descrito nas informações apresentadas a todos os membros da Assembleia.

----- De seguida foi dada a palavra ao Sr. João Paulo Vagos, o qual apresentou a seguinte declaração de voto, subscrita pelos membros da Bancada do Partido Socialista: *“Reconhecendo o importante papel desempenhado pelo município no apoio dado aos vários eventos realizados pelas freguesias que na sua diversidade e*

especificidade sociocultural contribuem de forma notável para a riqueza cultural do concelho. Considerando que estes eventos e realizações são em muito o esforço, a dedicação e o envolvimento das associações locais, e representam muitas vezes uma oportunidade única para o compromisso e cooperação das mesmas. Não querendo de forma alguma menosprezar ou diminuir qualquer um dos eventos que se apresentam a solicitar subsídio ao longo do ano, não podemos, no entanto, deixar de reconhecer a diferença entre os programas e a ambição de cada uma das organizações em melhorar ano após ano, evento após evento. Não obstante, de como é referido nos documentos que nos chegam a suportar estas propostas, acreditarmos numa análise isenta com regras claras e rigorosas, pelos técnicos que elaboram estas informações e acompanham estas iniciativas, e acreditarmos como também é referido, que é tido em conta o valor da despesa que estas iniciativas acarretam, mas não conhecendo os critérios subjacentes de forma detalhada, parece-nos limitativo que os subsídios sejam definidos no início do ano independentemente do valor qualitativo e quantitativo da programação apresentada para a próxima edição. Assim sendo parece-nos haver aqui uma contradição que em nada incentiva à melhoria dos programas e à motivação para encetar semanas culturais ou eventos que busquem uma melhoria, correndo o risco de um evento poder decrescer e perder qualidade sendo subsidiado da mesma forma que um outro que evolua e melhore. Esta política corre o risco de não incentivar e reconhecer o mérito e a melhoria da qualidade. Mais uma vez, não querendo fazer nenhum juízo de valor aos eventos subsidiados, mas sim aos critérios, parece-nos que fica confuso perceber como é que eventos de 3 dias com programas dignos mas menos ambiciosos são subsidiados com verbas superiores em 50% a outros de 8,9 e 10 dias de programação. Da análise exaustiva que fizemos aos programas

apresentados, apenas podemos concluir que aqueles que conjugam cultura com gastronomia são mais valorizados. Por tudo o que anteriormente foi apresentado, os deputados eleitos pelo partido socialista a esta assembleia municipal de Cantanhede que abaixo assinam, vão votar a favor, reconhecendo a importância dos subsídios para as organizações que deles dependem mas sugerindo que os critérios de ora avante sejam disponibilizados e revistos no sentido de poderem contribuir para incentivar o mérito e a qualidade.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual, na sequência da leitura da declaração de voto apresentada agora pelos membros do PS, conjugada com a declaração de voto apresentada pelos Vereadores eleitos pelo PS em reunião camarária, teceu alguns comentários sobre a forma como eram atribuídos os subsídios às várias coletividades do Concelho. Referiu ainda que, quer como Presidente de Junta, quer pelo facto de já ter feito parte da Direção de várias Associações, reconhece alguma estranheza nas posições que são tomadas naquelas declarações de voto. Considerou ainda, perigoso que o Executivo possa discriminar positivamente com a atribuição de um subsídio, uma semana cultural em relação a outras. Afirmou que, como elemento do Grupo de Teatro de Murte, participou em algumas reuniões dos ciclos de teatro e sempre foi posição de todos os grupos participantes, que no dia em que houvesse discriminação pela qualidade, o ciclo de teatro acabava. O mesmo acontece com os clubes de futebol pertencentes a uma mesma Divisão, com o mesmo número de atletas. Acrescentou que, após analisar as várias semanas culturais, verificou que todas têm a mesma duração e mais ou menos o mesmo número de eventos. Afirmou ainda não estar contra uma eventual revisão dos critérios a ter em conta, mas considera ser necessário a

apresentação de propostas concretas. Referiu finalmente estranhar as declarações de voto que têm sido apresentadas pelo PS, neste âmbito, não conseguindo encontrar outra motivação válida para a apresentação das mesmas, para além de uma motivação política. -----

----- Tomou, de seguida a palavra o Sr. Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, Dr. Adérito Machado afirmando que, o que motiva o espírito Associativo, não são os apoios que a Câmara possa dar, mas sim o prazer que dá às pessoas desenvolver atividades culturais, desportivas e associativas e a vivência social entre si. Referiu também que, organizou 2 ou 3 Feiras do Vinho, em Cordinhã sem qualquer apoio da Câmara Municipal. Acrescentou que, no fundo o importante é desenvolver tais eventos, considerando o subsídio atribuído um incentivo e um reconhecimento do Município em relação a quem desenvolve a atividade cultural. Recordou que ainda é do tempo em que se fazia o cortejo etnográfico sem apoio e onde participavam 40 carros, todos de boa vontade e que a qualidade do Cortejo não melhorou devido aos apoios. Finalizou, afirmando que é importante pensar no associativismo como a união e o convívio entre as pessoas e entre as associações.--

----- Voltou a intervir o Sr. João Paulo Vagos, afirmando acreditar que, na sua opinião se deve fazer uma discriminação positiva, sendo possível atribuir critérios para avaliar a qualidade dos eventos e assim fazer uma diferenciação positiva, a qual se pode tornar num incentivo para as coletividades. Acrescentou que, não é sua opinião pessoal, mas sim a opinião de um grupo de trabalho que apenas acredita que esses critérios possam ser conhecidos e discutidos tendo em vista a sua melhoria. Informou ainda estar disponível, se houver esse entendimento, para integrar um grupo de trabalho onde então sim, se possam fazer comparações e se possa ir exaustivamente aos pormenores. Finalmente, informou que, está ligado ao

Associativismo, desde os seus 12 anos de idade, tendo já exercido várias funções praticamente em todas as associações da sua freguesia o que demonstra um espírito associativo bem claro e transparente.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Vereador, Dr. Pedro Cardoso, esclarecendo que, não existe qualquer proposta de alteração aos critérios utilizados para atribuição de subsídios, mas que todas as sugestões serão bem-vindas e avaliadas. De seguida, alertou para o facto de se dever distinguir a Cultura promovida pelo Município e os eventos que têm origem nas próprias coletividades.-----

----- Interveio o S. Dr. Luis Pato, questionando sobre quais são os critérios para a atribuição dos subsídios às Coletividades.-----

----- Foi dada a palavra à Sr.^a Presidente da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Prof.^a Aidil Machado, a qual questionou o Sr. Vereador da Cultura sobre o facto de existir diferenciação ou não nos subsídios atribuídos quer às entidades que organizam as semanas culturais, quer às que organizam os ciclos de teatro ou as que organizam as marchas populares.-----

----- Respondeu o Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso que fará chegar os critérios a quem os solicitar. -----

----- De seguida interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, lembrando que, antes da aprovação pela Câmara de um novo Regulamento, o mesmo é enviado previamente para as Juntas de Freguesia e é presente na sessão da Assembleia Municipal para aprovação.-----

----- Interveio, de novo, o Sr. Prof. Abel Carapêto, dizendo que o facto de querer saber quais são os critérios e se possível dar o um contributo para a sua melhoria não é desinteresse de forma alguma, pelo contrário, pois todos estão disponíveis para discutir quais são os critérios que estão subjacentes à atribuição de subsídios.

Acrescentou que, não compreende o porquê de, um evento que dura 3 dias receber 1.500,00 € e uma semana cultural que dura 10 dias receber 1.000,00 €, daí querer conhecer os critérios para atribuição daqueles subsídios. Finalizou dizendo, em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes que, não se lembra de terem sido discutidos quaisquer critérios para atribuição de subsídios às coletividades nas sessões da Assembleia Municipal.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Dr. Fernando Simão, o qual afirmou que jamais pensaria que aquela declaração de voto pudesse dar tanta discussão. De seguida, afirmou que, efetivamente se tratam de decisões políticas e que, se os critérios são bem definidos, menos interpretações enfiadas poderão ser feitas ao Executivo e à Câmara, o que deve ser evitado.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso, voltando a referir que vai fazer chegar os critérios a quem os solicitar, os quais são bem conhecidos pelas Coletividades que participam em várias atividades. Acrescentou ainda que as Coletividades, têm vários momentos públicos onde o assunto é discutido e trabalhado, sendo depois presente em reunião camarária e que, qualquer nova sugestão ou proposta, que possa melhorar aqueles critérios, é sempre bem-vinda.---

----- Interveio ainda o Sr. Dr. Luis Pato, em direito de resposta, recordando que apenas é membro da Assembleia Municipal há um ano, não tendo tido acesso ao que foi acertado anteriormente.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Dr. João Moura, o qual informou que, na sua interpretação pessoal, a matéria em análise é da competência do Executivo Municipal que a leva à reunião de câmara e a aprova. Acrescentou que, a partir do momento que estas questões têm a obrigatoriedade de serem presentes na Assembleia Municipal, é legítimo que os seus membros queiram

conhecer os critérios, pelo que serão fornecidos. Reforçou ainda que, quando forem conhecidos, todos irão verificar que houve sempre o cuidado de manter a questão da equidade e da justiça na escolha dos referidos mesmos. Exemplificou dizendo que, aquando da entrega de qualquer subsídio no Salão Nobre, são questionadas as Coletividades no sentido de saber se, eventualmente, têm alguma sugestão ou alguma crítica, logo se têm alguma proposta de melhoramento daquilo que são os critérios.-----

----- Finalmente interveio o Sr. Dr. Carlos Pessoa, testemunhando que, os critérios surgiram no primeiro mandato do Dr. Jorge Catarino, após a sua eleição, por se considerar que os subsídios eram anteriormente atribuídos de forma discricionária no mandato do Dr. Rui Crisóstomo. Assim recordou que foi uma das primeiras medidas que foram tomadas, ao tempo, pelo Executivo, procurando que esses critérios fossem escolhidos da forma mais equitativa possível para todas as associações.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes colocou a votação o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã para a realização da 17.ª Semana Cultural»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça destinado à realização da Semana Cultural»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à**

freguesia de São Caetano destinado à realização da Semana Cultural», tendo mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira para a realização da II Semana Cultural de Covões»,** tendo mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à freguesia de Sepins e Bolho destinado às obras efetuadas no polidesportivo de Sepins»,** tendo mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à freguesia de Sepins e Bolho destinado ao Componente de Apoio à Família respeitante à Educação Pré-Escolar, ano letivo 2014/2015»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima para a realização da 1.ª UEFAC – União de Eventos da Freguesia e Associações Culturais»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil para a realização do evento Portunhos à Mesa – IV Festival Sopas & Pedras»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio a diversas Freguesias para pagamento de despesas com Monitores, no âmbito dos Cursos de Educação Extraescolar ano letivo 2013/2014»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres pela emissão de licença de espetáculos de música ao vivo / 1.ª Semana Cultural»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça pela emissão de Licença de Funcionamento de recinto de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao Ar Livre / Comemorações da Freguesia e XVI Tapas & Papas»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção à freguesia de Cordinhã pela cedência do Complexo Desportivo e das Piscinas Municipais de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Finalmente, não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça pela utilização das Piscinas Municipais de Cantanhede para atividades de Complemento de Apoio à Família»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 16 - «Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 27/12/2013 / Para conhecimento»:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual recordou que, a Assembleia Municipal em sua sessão de 27/12/2013, aprovou a autorização prévia genérica favorável à assunção dos compromissos plurianuais, condicionada a apresentação dos mesmos nas sessões posteriores da Assembleia Municipal. Assim, informou que, entre 1 de abril e 14 de setembro de 2014, foram assumidos os seguintes compromissos plurianuais: - A prestação de serviços bancários; - Pagamentos de serviços na rede ATM; - Subscrição de contratos de manutenção de plataformas instaladas em diversas instalações municipais, vulgo, elevadores; - O fornecimento de gás natural para as piscinas municipais de Cantanhede; - A confeção e fornecimento de refeições escolares aos alunos das EB`1 e Jardins de Infância do concelho durante o ano letivo de 2014/2015, estes ao abrigo do acordo/quadro do fornecimento de refeições promovidos pela CIM, região de Coimbra; - O transporte de alunos para as escolas de acolhimento, através de 7 acordos de parceria celebrados com diversas instituições habitualmente ou juntas de freguesia ou IPSS`s, entre outras a Sociedade Columbófila, a PLASCE, o Centro Social e Polivalente de Ourentã, a União das freguesias de Cantanhede e Pocariça, a PRODECO de Covões, o Centro Social de Recreio e Cultura da Sanguinheira; - O programa de generalização de fornecimento de refeições aos alunos do 1º CEB e da educação pré-escolar, através de parcerias com entidades locais para o ano letivo 2014/2015, nomeadamente com o Centro Paroquial de Cordinhã, o Centro Social e Polivalente de Murtede, a Santa

Casa de Misericórdia de Cantanhede, o Centro Social e Polivalente de Ourentã, a PLASCE e as algumas freguesias.-----

----- Não havendo qualquer pedido de esclarecimentos, a Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 17 - «Informação do Auditor Externo sobre a situação Económica e Financeira do Município de Cantanhede reportada a 30 de junho de 2014, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro / Para conhecimento»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu de novo, a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que, o Município tem um novo auditor externo e que decorrente das alterações à Lei, o relatório semestral é obrigatório. Assim esclareceu que a análise global do auditor externo, incidiu sobre a execução orçamental a 30 de junho de 2014. Acrescentou que, até àquela data, a despesa paga atingiu cerca de 9.000.000,00 €, a receita cobrada cerca de 12.000.000,00 €, o que indica que as receitas correntes excedem as despesas correntes. Em termos do grau de execução orçamental, verifica-se que a despesa corrente atinge 47% de execução e a receita corrente 57%, conforme os valores previstos. Informou também que as despesas de capital atingiram 28% e a receita de capital 14%. Justificou estes factos devido aos procedimentos concursais, que muitas vezes só têm efeito a partir do 1º trimestre, uma vez que toda a parte processual e administrativa é demorada e leva a que a execução dessa mesma despesa, muitas vezes, só aconteça a partir do 2º trimestre. Justificou ainda com um visto do Tribunal de Contas que só foi concedido em maio. De seguida esclareceu que, o facto da execução da receita de capital também estar mais baixa, está relacionada com o facto do Executivo ter entendido não alienar património que

estava contemplado em orçamento, por ter considerado não ser oportuno alienar alguns bens que a Câmara poderia pôr no mercado. Relativamente à dívida total, em termos dos condicionantes legais, informou que a Câmara deveria fazer uma amortização da dívida de 672.719,00 €, mas a previsão é de 3.000.000,00 €, ultrapassando largamente o que estava previsto.-----

----- Não havendo qualquer pedido de esclarecimentos, a Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de revogação da deliberação da Câmara Municipal de 04/12/2012 / Renúncia do Município da qualidade de associado da Recevin»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual recordou que, ele próprio propôs, em nome do Município, a renúncia do Município de Cantanhede da qualidade de associado da Recevin, no âmbito do processo do último concurso à Cidade Europeia do Vinho, pela forma como o mesmo decorreu e pela ausência da informação por parte da entidade responsável. Recordou que o Município ficou em segundo lugar, tendo sido solicitadas informações sobre o referido concurso que, até à presente data, nunca chegaram. Recordou ainda que, quando o Município solicitou à Assembleia autorização para desvincular-se daquela Associação, houveram Membros da Assembleia Municipal que discordaram, uma vez que se tratava de uma coletividade, que reunia os Municípios Europeus produtores de vinho e pelo facto do Município de Cantanhede estar integrado na Associação de Municípios de Produtores de Vinho. De seguida informou ter conhecimento que a direção da Recevin já não é a mesma e que neste momento está aberto um concurso para uma nova candidatura às Cidades Europeias do Vinho para 2015. Acrescentou que estão

abertas as candidaturas para os Municípios Portugueses, os quais devem ser sócios da Associação Portuguesa de Municípios de Vinho e que, na zona da Bairrada fazem parte os Municípios de Cantanhede, Águeda e Mealhada. Informou ainda que, após ter conversado com os responsáveis dos outros Municípios, chegaram à conclusão que deveria ser novamente o Município de Cantanhede a se candidatar, por pertencer à Região da Bairrada. Explicou ainda que, se a Assembleia Municipal revogar a deliberação tomada na sessão de 17/12/2012 sobre a renúncia do Município de Cantanhede à RECEVIN – Rede Europeia de Cidades do Vinho e pagar a quota referente a 2014, voltar a fazer parte integrante da RECEVIN. De seguida referiu que, sendo de novo associado, o Município de Cantanhede poderá de novo ser candidato, em 2015, a cidade Europeia do Vinho, o que poderá a trazer boas consequências para o Município. Deu como exemplo, a afirmação do vinho da Bairrada e das dezenas de parceiros estratégicos que farão parte da candidatura.----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, esclarecendo que o que tem que ser revogado é a deliberação tomada na Assembleia Municipal de 17/12/2012.-----

----- Interveio o Sr. Dr. Pedro Dias, felicitando a Câmara por ter sido capaz de reunir o consenso e os apoios dos Municípios da Bairrada para apoiar mais uma vez esta candidatura. Acrescentou que, tem conhecimento de que, o Município de Oliveira do Bairro, para além de ter manifestado o seu apoio, já trabalha há uma semana no sentido de concretizar o seu apoio à candidatura do Município de Cantanhede.-----

----- Falou, de seguida, o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual demonstrou o seu contentamento pelo facto do Município ter reconhecido, finalmente, que a Recevin é importante e que pode trazer alguns dividendos para o Concelho de Cantanhede,

principalmente numa altura em que a Adega acabou de ganhar mais um prémio internacional com um dos seus vinhos. De seguida felicitou a Adega de Cantanhede e os seus colaboradores pelo prémio obtido e informou que o sentido de voto da bancada do PS é favorável à revogação proposta.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, recordando que a decisão tomada na sessão de dezembro de 2012 não foi uma decisão consensual e manifestando o seu contentamento pelo facto da Câmara Municipal aderir a mais uma iniciativa que se relaciona com o vinho, seja na sua produção local, seja na sua produção empresarial, mas também no que toca à Adega Cooperativa de Cantanhede, ao vinho e ao Município enquanto um todo.-----

----- Interveio ainda o Sr. Filipe Figueiredo, regozijando-se por estar a ser discutido na Assembleia um assunto que se refere a uma atividade agrícola. Regozijou-se também pela iniciativa da Câmara Municipal, considerando que será um bónus para quem tanto sofreu durante as vindimas, devido às intempéries que tanto afetaram a produção do vinho da Bairrada. Finalizou a sua intervenção afirmando que a decisão tomada dará valor aos agricultores, à Câmara Municipal de Cantanhede e ao Município. -----

----- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Primeiro Secretário, Dr. Adérito Machado, o qual recordou que, em dezembro de 2012, enquanto Presidente da Junta da Freguesia de Cordinhã, votou contra a saída do Município da Recevin. De seguida afirmou estar grato por esta nova adesão e sabe que o Concelho de Cantanhede vai ganhar o próximo concurso.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, informando que, a nova candidatura envolve 5 municípios, Águeda, Oliveira do Bairro, Anadia,

Mealhada e Cantanhede e várias entidades institucionais e públicas como parceiros estratégico, tais como a Associação Industrial e Comercial da Bairrada, a Associação ADELO, a Adega Cooperativa da Mealhada, a Adega Cooperativa de Cantanhede, a Adega RAMA, a Associação Industrial do Distrito de Aveiro, a Associação Comercial de Águeda, as Associações Culturais Recreativas e Desportiva CORDY VERDY, os Dadores de Sangue da Mamarrosa, a Associação Social de Silveiro, a Associação Desportiva e Recreativa Serena da Palhaça, a Associação de Amigos de Perranche, a Associação Rota da Bairrada, a BIOCANT, a Casa do Povo de Troviscal, entre outras... Referiu ainda que todas estas associações e entidades públicas dão força porque a candidatura, apesar de ter como promotor Cantanhede, é uma candidatura que representa uma região e o vinho da Bairrada.-----

----- Não havendo mais pedidos de votação, foi colocada a votação a revogação da deliberação tomada na sessão de 17/12/2012, respeitante à renúncia do Município de Cantanhede à RECEVIN – Rede Europeia de Cidades do Vinho, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de cobrança de Derrama relativa ao ano de 2015»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Dr. João Moura, o qual informou que iria fazer o enquadramento da derrama relativa ao ano de 2015 juntamente com os outros dois impostos, o IMI e o IRS para 2015. Relativamente à derrama, informou que as taxas foram mantidas, isto é, a taxa máxima para empresas com um valor de negócios superior a 150.000,00 € e a taxa reduzida de 1% para as empresas com valor inferior a 150.000,00 €. Relativamente ao imposto municipal sobre imóveis, informou

que houve uma discussão interna e que foram consultados os Senhores Presidentes das Juntas do Concelho. Explicou que, por força da nova lei, 1% da receita do IMI arrecadada pelo Município é transferida para as juntas de freguesia pelo que, entendeu-se que qualquer decisão deveria ser tomada em conjunto com os Presidentes das Juntas de Freguesia. De seguida recordou que, no ano anterior, foi proposta a descida da taxa de 0,4 % para 0,39 %, o que implicou a não arrecadação de receita em cerca de 200.000,00 €. Informou ainda que, o Executivo propõe para o presente ano 0,386%, para o próximo ano 0,383% e para o seguinte 0,380 %, havendo assim uma redução até 2017, a qual será obviamente refletida na arrecadação de receita para o Município. De seguida, recordou que o limite máximo imposto por lei é de 0,5% e de 0,3% no mínimo, estando o Município já a trabalhar na base dos 0,3%. Recordou ainda que, os Municípios agora e no futuro têm que planear, cada vez mais, os seus orçamentos de acordo com a sua arrecadação de receita, a qual tem vindo a ser cada vez menor. De seguida fez um resumo da evolução das taxas do Município desde 2005, evidenciando que têm vindo a decrescer, o que também originou um decréscimo nas receitas arrecadadas pelo Município. De seguida, informou quanto ao IRS, que a taxa proposta se mantém idêntica à do ano anterior e recordou todos os cálculos que foram apresentados aquando da proposta para o ano de 2014. Recordou que, chegaram à conclusão na altura que, quem tem salários maiores, teria um maior desconto. Recordou ainda que, por força da Lei, parte do valor arrecadado vai ser transferido para a CIM tendo em vista a manutenção do seu funcionamento. De seguida defendeu que, quando os impostos são dispersos por todos, o Município poderá continuar a ter os seus projetos, os seus investimentos, na consolidação daquilo que é um plano estratégico de desenvolvimento para Cantanhede, que mais ou menos acelerado se tem vindo a

concretizar. Referiu ainda que, o aumento da qualidade de vida dos Municípios tem que ser feito através de investimentos e que, para isso o Município tem de arrecadar impostos, num esforço coletivo. Sobre a derrama, informou que o Executivo reuniu com a Associação Empresarial de Cantanhede e, à semelhança do que foi proposto com o IMI, pensou num conjunto de incentivos que, de alguma forma, pudessem vigorar para este mandato. Assim, daquela reunião realizada com o Presidente da AEC, ficou decidido trabalhar em conjunto, no sentido de atacar o flagelo do desemprego. Nesse sentido, foi contactado o Serviço de Finanças no sentido de se poder criar um mecanismo agilizado para que se pudesse dar indicação das empresas que eventualmente pudessem ser beneficiadas, mas tal não é possível. Informou ainda que, após alguma pesquisa, não encontrou nenhum Município, que de forma direta pudesse dar um incentivo ao nível da Derrama e cruzá-lo com o emprego. De seguida, informou que, finalmente encontraram uma solução, na qual estão a trabalhar e que se traduz num conjunto de incentivos para essas empresas, para vigorem em 2015, os quais devem ser aprovados pela Assembleia Municipal. De seguida explicou que, na prática, esses incentivos serão atribuídos quer a uma empresa instalada no Município, quer a uma empresa que se venha a instalar no Município e que crie postos de trabalho. Assim, referiu que, em conjunto com uma equipa da AEC, se está a preparar uma equação que, após uma candidatura junto do Município, possa dar um valor final que possa ser restituído às empresas, dentro de um enquadramento legal. Acrescentou que, se uma microempresa que tem 4 trabalhadores a seu cargo, resolve criar um emprego ou se uma empresa que tem 400 ou 500 trabalhadores no concelho de Cantanhede, o esforço é maior ou menor consoante a empresa e será refletido naquela equação. Mais informou que, faz questão que o Executivo, até dezembro e na última Assembleia Municipal traga um

conjunto de propostas tendo em vista o estímulo à criação de emprego para as empresas que estão no concelho de Cantanhede. Acrescentou que gostaria de ir mais longe e tentar reverter a tendência da descida da demografia, uma vez que nos últimos anos, entre 2001 e 2011, perderam-se quase 1.500 pessoas. Assim, crê que se devem criar condições para que as pessoas e os jovens casais possam, por um lado fixar-se no Município de Cantanhede, mas por outro lado, incentivar também a natalidade, à semelhança do que já fazem muitos Municípios onde existe uma grande percentagem de desertificação. Informou que, nesse sentido, já se encontra em posse de vários Regulamentos, dos quais se pretende retirar uma ou outra ideia, que por um lado permita um incentivo à natalidade e por outro lado potencie a fixação dos jovens pais no concelho de Cantanhede. De seguida deu alguns exemplos de incentivos retirados daqueles regulamentos tais como, o cheque bebé, redução do preço da água, do custo dos infantários públicos, etc... e afirmou estar aberto a qualquer sugestão. De seguida recordou que, em 2008, foi aprovada a isenção do IMI durante 5 anos a quem fizesse reabilitação urbana, com o objetivo de requalificação do parque urbano degradado, não tendo havido, até à presente data, qualquer aderência a esta iniciativa, a qual deve ser novamente lançada e divulgada.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Dr. Luis Pato, o qual procedeu à leitura de uma Declaração de Voto subscrita pelos membros da Bancada do Partido Socialista, do seguinte teor: *“Declaração de Voto – DERRAMA - As Políticas Municipais devem potenciar o desenvolvimento económico e a captação de Investimento gerador de riqueza e emprego para o concelho de Cantanhede. O executivo como necessita urgentemente de dinheiro, lança mão de um imposto sobre as empresas sediadas no concelho: Taxa de 1,5% a todas as empresas com lucros tributáveis acima de*

150.000€. Acolheram uma sugestão do PS, embora com pouca visão e ambição, relacionada com a aplicação de uma taxa reduzida de derrama às empresas com lucros tributáveis inferiores a 150.000€”, onde aplicam a taxa de 1%. A bancada do PS defende a aplicação de uma taxa de Derrama de 0% para estas pequenas empresas. Com esta taxa, este executivo continua a penalizar as pequenas empresas com atividades de natureza comercial, industrial e agrícola, é assim que o executivo pretende promover o Comércio e a Agricultura no concelho, aumentando os seus impostos? De futuro que empresas se podem fixar no concelho? É necessário aumentar a Poupança e diminuir a despesa corrente da Câmara e não lançar impostos! Pelos factos acima referidos, entendem os Deputados do PS que devem ser dados estímulos ao desenvolvimento económico e não o contrário, os membros da bancada do PS abaixo assinados, votam contra a presente proposta de Derrama.”-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Eng.º Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que, após uma pesquisa que efetuou verificou que o Município de São João da Madeira isentou a Derrama por um período de 3 anos a todas as novas empresas que se fixassem no concelho e que criassem pelo menos 3 postos de trabalho. Considerou que seria um bom incentivo e que se deve sim, procurar outras soluções de modo a catalisar e a dinamizar o tecido empresarial do Concelho, principalmente as pequenas empresas, que estão a sentir mais dificuldades. De seguida, declarou acreditar que o Executivo fez as devidas contas por forma a encontrar o valor mais justo para a execução orçamental do Município, mas considera que deve ser complementado com outras propostas que gostaria de vir a conhecer e a analisar. -----

----- Falou também o Sr. Manuel Teixeira, o qual, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que o lucro tributável de uma empresa não é igual ao seu volume de negócios e que é apologista do lançamento da derrama em detrimento do IMI, que, na sua opinião deveria ser reduzido.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. João Paulo Vagos, o qual afirmou existirem soluções e felicitou o Executivo pela iniciativa que teve em procurar soluções. Recordou também que, já no ano anterior, aquando da discussão da questão da Derrama houve esta sugestão de dar benefícios as empresas que aumentassem, por exemplo, o seu número de trabalhadores.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Carlos Vidaurre Pais de Moura, o qual agradeceu todas as contribuições que foram dadas. De seguida, esclareceu que, no ano passado, através de um jornal, teve conhecimento que uma Câmara do Distrito de Coimbra pretendia isentar de Derrama empresas que criassem 5 empregos. Foi uma notícia que explorou, mas que, após contacto com as Finanças, verificou que não seria possível, o que lhe foi confirmado pelo Presidente da referida Câmara. Assim, informou que, a única solução é não interferir com as finanças e ser o próprio Município a criar, em sede de Assembleia Municipal, incentivos a atribuir após a análise do que se passou em 2015, trabalho que será realizado com o contributo da AEC. Finalizando demonstrou o seu descontentamento perante o facto de, por um lado, do Sr. Dr. Luis Pato ter elogiado o Executivo por estar aberto a fazer estas propostas, e por outro lado, a declaração de voto do Partido Socialista não o demonstrar, uma vez que apenas requer a derrama a 0%, o que não faz qualquer sentido.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Dr. Carlos Pessoa, afirmando ter ficado muito satisfeito com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura,

felicitando-o por ter trazido o assunto da empregabilidade e da natalidade no Concelho, bem como por ter apresentado medidas que, após serem estudadas e assumidas, possam tentar inverter a situação. Finalizou, dizendo que o caminho tem de ser este, pois quem gosta do concelho de Cantanhede, tem efetivamente que estar aberto a estas novas formas de fazer política e de trazer as pessoas à discussão para que se encontrem as melhores sugestões para que de facto se consiga levar o concelho para a frente.-----

----- Em direito de resposta, o Sr. Dr. Luis Pato, afirmou apenas ter tido conhecimento das propostas apresentadas na própria Assembleia, quando o Declaração de Voto já estava redigida, não se sentido afetado pelas palavras do Sr. Presidente da Câmara.-----

----- Falou de novo o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, esclarecendo que é um trabalho que se está a iniciar, o qual se pretende apresentar na próxima Assembleia Municipal, em Dezembro. Assim sendo, fica a aguardar pelas sugestões de todos os membros da Assembleia Municipal e sugeriu que a Declaração de Voto apresentada pela Bancada do Partido Socialista fosse retirada e voltasse a ser apresentada em Dezembro, caso não concordem com o que for então apresentado.-

----- Voltou a falar o Sr. Eng.º Rogério Marques, o qual informou que viu uma notícia no Diário Economico, semelhante à de São João da Madeira, com data de 20 de novembro de 2013, logo anterior às eleições.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura que, a notícia que leu também era de 23/12/2013, depois das eleições, o que não significa que a ideia tenha sido implementada.-----

----- Finalmente foi dado a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual referiu que o conjunto de ideias apresentado não passa de um plano de intenções, pelo que,

assim que existir um projeto que seja apresentado e que se possa ler com atenção, então sim poderá fazer sugestões. Acrescentou que, no momento apenas se está a debater a proposta do imposto sobre a Derrama, que se traduz em 1% sobre os lucros superiores a 150.000,00 € e 1% sobre os lucros abaixo dos 150.000,00 €, quando no entendimento da Bancada do Partido Socialista, se deveriam isentar as pequenas empresas daquele imposto.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de cobrança de Derrama relativa ao ano de 2015», tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 7 votos contra e 27 votos a favor.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) para o ano de 2015»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual informou que, na linha do que tem sido defendido e discutido nas últimas Assembleias relativamente a este imposto e na sequência do que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, propondo uma redução de 0,1% para a taxa do IMI, os membros da Bancada do Partido Socialista consideram que esta taxa deveria ser substancialmente mais baixa ou seja o limite mínimo que é o 0,3%. Justificou esta posição pela facto da situação económica e financeira gravosa, do país e das famílias. Acrescentou que as famílias estão a ultrapassar um momento extremamente difícil pelo que a Câmara deve auxiliar em tudo o que possa contribuir para favorecer e auxiliar as populações.-----

----- Interveio de seguida o Sr. Dr. Fernando Simão, dizendo que, por vezes se confundem as opções políticas, quando na realidade, apenas se fazem opções.

Recordou ainda que, o PSD sufragou um programa eleitoral quando se candidataram, e o PS outro, havendo divergências que têm de ser respeitadas. Assim, acrescentou que, na sua opinião, o exercício do poder político não é uma folha de Excel, para a qual se olha e apenas se vê a falta da arrecadação de receita, perspectiva da Câmara, que respeita, naturalmente. Declarou de seguida, entender que também se deve olhar para os sujeitos passivos, os contribuintes e tentar conjugar os 2 aspetos, numa perspectiva realista, pois considera que o sacrifício é mais fácil de suportar pelo Município, mas muito arduamente suportado, todos os dias, individualmente pelos cidadãos. Acrescentou respeitar a opção política do PSD, mas discorda da mesma, pois entende que será nos alegados custos que se deve agir e tentar reduzir, enquanto a economia estiver anémica. Assim, sendo pública a saturação dos impostos, que têm vindo a ser tema de discussão a nível governamental e a nível nacional, entende que, já que o Governo não tem sensibilidade para aliviar a carga fiscal, deveriam os Municípios sacrificar a sua receita municipal e assim socorrer as populações. Finalmente acrescentou que, efetivamente, perderam-se pessoas, mas não se perdeu a obrigação de pagamento do IMI, uma vez que os prédios não foram demolidos.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Eng.º Rogério Marque, o qual referiu que, o facto da proposta de isenção dos imóveis que são objeto de reabilitação urbana, pode não ter funcionado, pela forma como foi divulgado, ou como foi entendida pelas populações. Acredita que é um bom incentivo e informou que existem Municípios que dão algum desconto para as moradias que têm eficiência energética com classificada AA e A+, numa vertente ambiental. Sugeriu, também a redução da taxa do IMI aos prédios arrendados, para a habitação, se houver dificuldade no arrendamento. Finalizou,

dizendo que fica à espera de outras soluções, que não digam respeito ao valor em si e que possam vir a ajudar a fixação das famílias no concelho de Cantanhede.-----

----- Falou o Sr. Manuel Teixeira, o qual afirmou que sempre defendeu que as taxas do IMI deveriam baixar e que está satisfeito com as propostas do Sr. Presidente da Câmara. De seguida, recordou que, no concelho de Coimbra, o Dr. Manuel Machado também defendia, no seu programa eleitoral, que baixava o IMI na cidade de Coimbra, o que não aconteceu. Já na Câmara de Mira, governada pelo Partido Socialista, a taxa de IMI era de 0,40%, o PSD reivindicou e o IMI baixou de 0,40% para 0,30%.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual demonstrou que, com a descida das percentagens que se têm operado e que vão ser aprovadas, para um prédio cujo valor patrimonial de 100.000,00 €, em 2017, a poupança é de cerca de 120,00 €. De seguida recordou que, a taxa máxima é de 0,5% e a taxa mínima é de 0,3%, sendo que um dia o Município também chegará a este mínimo, mas no momento, tal não é exequível, pois tem que se olhar para os compromissos assumidos e para os investimentos a realizar. Finalmente recordou que, a Sr.ª Vereadora Dr.ª Cristina de Jesus votou favoravelmente a proposta da Câmara, o Sr. Vereador Dr. Carlos Ordens propôs a taxa de 0,35% e hoje a Bancada do PS está a propor a taxa de 0,30%.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Dr. Carlos Pessoa, dizendo que, é possível a reavaliação fiscal do valor patrimonial tributável dos imóveis, a qual, em virtude da depreciação dos mesmos, tem tendência a descer. Assim, o impacto na receita para o Município pode ser menor.-----

----- Foi ainda dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual alertou para o facto de, nos prédios devolutos e muitas

vezes insalubres, em virtude das finanças não os classificar como tal, não ser aplicada a taxa agravada prevista por Lei. Acrescentou que são situações que dão algum trabalho às Juntas de Freguesia e que se arrastam por diversos problemas, muitas vezes por não se conhecerem os proprietários ou por existirem vários proprietários. Sugeriu que o Município alertasse as Finanças para estes casos, o que poderia ser uma fonte de receita que permitiria aliviar, mais tarde a taxa a fixar.--

----- Interveio o Sr. Dr. Fernando Simão, esclarecendo que, uma vez que a taxa é aprovada anualmente, a mesma deve-se adequar à situação económica atual, o que quer dizer que se a mesma melhorar, então nesse caso, até se poderia aumentar para 0,4%, mas no momento deveria ser menor.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual reforçou a ideia de que, é nos momentos de maior dificuldade, que se deve prestar o apoio e auxílio às pessoas e não quando as coisas estão todas bem. De seguida, recordando que, na última Assembleia a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, disse que a Câmara tinha a expectativa de ver aumentada a receita do IMI para o presente ano, questionou se se confirmava aquela previsão.-----

----- Foi dada a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou que, o valor patrimonial atual do concelho é de 1.449.120.339,00 €, pelo que, se incidisse a taxa de 0,5%, a Câmara podia ter uma arrecadação de mais de 6.600.000,00 € de IMI. No entanto, está prevista uma arrecadação que pode chegar aos 5.000.000,00 €, ultrapassando os 4.400.000,00 € arrecadados no ano anterior. Informou ainda que, daquela receita, 208.670,00€ são isenções e 81.461,00 € irão transitar, diretamente, para as Juntas de Freguesia. Referindo-se ainda aos impostos de forma global, recordou que uma parte do IRS irá transitar para a CIM. Por outro lado, informou que a Câmara deverá contribuir para o Fundo de Apoio

Municipal e que, a implementação do licenciamento zero irá reduzir drasticamente as receitas das taxas administrativas. De seguida, questionou a Bancada do PS sobre o impacto, nas receitas da Câmara, das taxas por eles propostas no que concerne ao IRS. Acrescentou ainda que, se a Câmara Municipal tem um orçamento e uma receita, a sua responsabilidade política é saber como, com uma determinada receita, primar pelo bem-estar da população, o qual não tem a ver unicamente com a descida de imposto, mas também com o facto de lhe criar condições, infraestruturas, melhor educação, boa cultura, implicando gastos e receitas. Acrescentou ainda que, se a receita diminui, tem que se saber qual é a implicação relativamente à despesa e de que forma é que a Câmara pode investir em despesa corrente, em despesa de capital e no bem-estar da população. De seguida, informou que, com as propostas do PS relativas aos 3 impostos, a receita diminuiria em mais de 1.800.000,00 €, o que representa um grande impacto no orçamento do Município. Por outro lado, com esta diminuição, o Município já não poderia dar apoio social, apoio na área da educação, apoio na área da cultura, etc.... porque se não houver receita não há essa possibilidade.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Prof. Abel Carapêto, afirmando que a solução passa pela redução da despesa e não pelo aumento da receita. Referiu ainda que muitas obras feitas no passado foram mal projectadas, sendo certo que, no presente, o Município está a suportar um conjunto de encargos relacionados com complexos desportivos e que foram opções políticas do PSD. Acrescentou que, a opção política do PS seria procurar soluções para poder reduzir a taxa do IMI para 0,3%, trabalho que cabe agora ao Executivo.-----

----- Foi dada a palavra à Sr.ª D.ª Armanda Gavião, a qual concordou com a intervenção anterior, pois não é da responsabilidade do PS fazer o orçamento da

Câmara e dividir as receitas por quem mais precisa ou pelas necessidades mais urgentes.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Primeiro Secretário, Dr. Adérito Machado, o qual, concordando com a afirmação efetuada, afirmou que deve haver confiança em quem está a gerir, e que precisa de um ponto de equilíbrio, uma vez que não tem capacidades para reduzir a despesa. Afirmou ainda que essa competência é do Executivo, no qual acredita e confia.-----

----- Falou de novo o Sr. Dr. Carlos Pessoa, reforçando as anteriores intervenções no sentido do justo equilíbrio entre as receitas e as despesas. Referiu ainda que, uma descida gradual do imposto, avaliada de ano a ano, é muito bem-vinda e que tem muitas esperanças no estudo que será apresentado até ao final do ano pelo Sr. Presidente da Câmara.-----

----- De seguida a Sr.^a D.^a Maria Armanda Gavião apresentou uma declaração de voto subscrita pelos membros da Bancada do Partido Socialista, do seguinte teor:
“Declaração de voto: IMI - Os Membros da Assembleia Municipal de Cantanhede, eleitos pelo PS, votarão contra a proposta de fixação da taxa de IMI para 2015, apresentada pela Câmara Municipal de Cantanhede, em 0,386% com os seguintes fundamentos: Sendo verdade que o país está prestes a sair de uma conjuntura de forte crise económico-financeira, que teve graves consequência no custo de vida, seja pelo lado do consumo, seja pelo lado dos cortes salariais ou diminuição dos rendimentos e até do desemprego, facto é que essa tendência ainda não se verifica de forma clara. É nosso entendimento que cabe às autarquias locais ajudar os seus munícipes e as suas famílias, por estarem mais próximas das populações. Depois, porque a maioria dos concelhos vizinhos deliberaram a taxa de IMI no seu escalão mais baixo, a taxa proposta pela Câmara Municipal de Cantanhede não estimula a

fixação de novos residentes no nosso concelho, que, aliás, tem vindo a perder população. Ao contrário da proposta do Executivo Camarário, entendemos que o valor de 0,386% fixado para a taxa de IMI para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI para 2015, e a proposta de redução de 0,001 até 2017 é irrisória e consubstancia uma redução efetiva de 4,00€ anuais num imóvel avaliado em 100.000,00 €. Esta proposta continua a sobrecarregar fortemente os munícipes e as famílias, e a representar apenas uma medida eleitoralista e demagógica criando apenas uma ilusão de baixa de impostos. Por isso, os Membros do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, mantem a posição defendida em anos anteriores e entendem que, se justificava que, para o ano de 2015, se fixasse a referida taxa em 0,3%, menos penalizante para a população do nosso concelho e mais estimulante para atrair novos residentes.”-----

----- Tomou ainda a palavra o Sr. Dr. Carlos Pessoa, informando ter ficado perplexo com a declaração de voto apresentada, pois o mesmo significaria uma redução de receita de 1.000.000,00 € ou 1.200.000,00€ para o Município de Cantanhede para o ano de 2015.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) para o ano de 2015», tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 7 votos contra e 27 votos a favor.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativo ao ano de 2015»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes deu a palavra ao Sr. Filipe Figueiredo, o qual, reforçou a ideia de que todos sabem que, tanto a Câmara

Municipal como as Juntas de Freguesia necessitam de receitas. De seguida recordou que, aquando da extinção de algumas freguesias, um dos fatores foi a diminuição do número de eleitores pelo que, a redução ou não dos impostos poderá ser uma das causas dessa diminuição. Afirmou ainda estar convencido que, se o Município reduzisse a taxa de IRS para metade, ou seja 2,5%, ou baixasse as taxas dos outros impostos, os Municípios não sairiam do Concelho para outros mais favoráveis.-----

----- De seguida, tomou a palavra a Sr.^a Enf.^a Áurea Andrade, a qual apresentou uma declaração de voto subscrita pelos membros da Bancada do Partido Socialista do seguinte teor: *“Declaração de Voto - Ao manter a taxa de IRS no valor máximo, a Câmara Municipal de Cantanhede não cria incentivos para a atração de jovens e quadros técnicos qualificados, e não contribui para a inversão do progressivo envelhecimento do concelho. Muitas das pessoas que trabalham e vivem no concelho de Cantanhede, possuem domicílios fiscais nos concelhos vizinhos (ex: Mealhada, Aveiro, Coimbra...), com o incentivo de redução desta taxa de IRS, poderiam mudar-se para o concelho. Em coerência, defendemos que a Câmara deveria prescindir de parte da receita do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial de Cantanhede. Assim, abdicaria para os municípios de uma taxa de 2,5%, permitindo aos Municípios pagar menos 2,5% no seu IRS. A receita obtida, pela aplicação desta taxa de 2,5%, que representa mais ou menos 350 mil euros defendemos que devia ser canalizada para o reforço das Políticas Sociais do Município. Porque entendemos que desta forma o concelho de Cantanhede tornar-se-ia mais competitivo em termos fiscais, atraindo novos residentes. Por estas razões, os membros da bancada do PS abaixo assinados,*

votam contra a presente proposta, de manter a taxa máxima de 5% de IRS fixada pela Câmara.” -----

----- Retomou a palavra o Sr. Eng.º Rogério Marques, concluído que todos estão de acordo em como os impostos deveriam ser reduzidos, no entanto essa redução deve ser apoiada por todos os partidos políticos. Só assim, seria possível definir um orçamento possível de gerir.-----

----- Falou, de novo, o Sr. Prof. Abel Carapêto, afirmando que, se todos estão em consonância, dever-se-iam criar mecanismos para tentar reduzir aquelas taxas e que, os membros do Partido Socialista estão disponíveis para dialogar e apresentar sugestões nesse sentido.-----

----- Interveio ainda o Sr. Dr. Carlos Pessoa, declarando que todas as propostas são legítimas, mas têm que ser consequentes e não se pedir a redução dos impostos sem apresentar um estudo das suas consequências. De seguida, considerou de grande importância, a questão levantada pelo Sr. Presidente, relativa à visão global sobre os impostos e relativa ao desenvolvimento, à atração e fixação de pessoas, tendo assumido apresentar um estudo sobre esta matéria na próxima Assembleia Ordinária, em Dezembro.-----

----- Falou de novo o Sr. Eng.º Rogério Marques, esclarecendo que a realidade é só uma, pelo que é necessário saber qual o valor das receitas, e assim conhecer qual o valor disponível para poder gerir, e em função disso, ter um projecto. Acredita que seja um compromisso das 2 bancadas, porque tem a ver com o trabalho que se faz, nos diferentes locais, tanto na Câmara, como nas Juntas, podendo existir o envolvimento das 2 forças políticas, com um entendimento e um rumo comum.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Dr. Fernando Simão, retorquindo que não há só uma realidade, mas muitas realidades ao longo da vida, assim sendo, tal como a bancada

do PS gostaria que os impostos baixassem, também as Juntas gostariam, se calhar, de fazer todas as obras e para o ano já não terem mais nada que fazer. Concluiu que tem de haver opções, as quais devem ser tomadas de harmonia com as circunstâncias.-----

----- Foi, de novo, dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual passou a exemplificar as diferentes taxas de IRS a aplicar num salário de 1.500,00 €. Afirmou ainda acreditar que, não é por 90,00 €, com a taxa a 2,5%, que as pessoas vão deixar de residir no Concelho de Cantanhede. Referiu ainda que a arrecadação desta receita se destina a contribuir para a qualidade de vida a todos.---

----- Falou ainda o Sr. Dr. Luis Pato, afirmando que o problema não é tão somente os 90,00€, mas sim o somatório desse valor com todo o resto do custo de vida dos Municípios.-----

----- Finalmente interveio o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual afirmou que a rede social do concelho de Cantanhede é uma das melhores do país e que a resposta que é dada pelas IPSS`s é uma das melhores do distrito. Afirmou ainda que, hoje em Portugal, pela injeção de capital que houve da União Europeia, nos últimos quadros comunitários de apoio, as infraestruturas foram melhoradas, sejam elas rodoviárias, na educação, na ação social, encontrando-se no topo ao nível da Europa. Referiu ainda que, talvez o problema esteja na forma como foi feita a gestão e como se gastou, possivelmente, exageradamente a locação de recursos financeiros para obras faraónicas. Assim existe um problema, no qual estão todos envolvidos, e pelo qual são todos responsáveis, sendo transversal a todos os Governos e que se resume pela manutenção de equipamentos pesados e pela arrecadação de receita para mantermos a qualidade de vida, nomeadamente, dos mais idosos, quando se fala na acção social. Voltou a frisar que o problema está na

maneira como se gere a casa, entre o balanço da receita e da despesa, devendo-se alocar através dos impostos as receitas.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativo ao ano de 2015», tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 7 votos contra e 27 votos a favor.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo para o ano de 2015»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que a Câmara propôs, à semelhança do que tem acontecido nos anos anteriores, a taxa 0.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, colocou à votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo para o ano de 2015, tendo esta sido aprovada, por unanimidade.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, sendo 19h00 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente:

----- O Primeiro Secretário:

----- A Segunda Secretária: